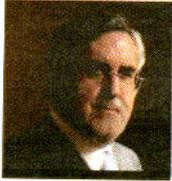


Confederação da Construção e do imobiliário celebra um ano e reclama soluções para a construção e o imobiliário



**Reis
Campos**

Há um ano, quando foi oficializada e publicamente apresentada a CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, as associações que a constituíram tinham plena consciência de que o vasto Sector que passava a estar representado nesta nova entidade vivia um dos momentos mais difíceis de que havia memória. Mas ninguém antecipava que, um ano depois, a situação fosse ainda mais complicada.

Integrando praticamente todas as associações que constituem esta fileira, o que lhe garante uma visão global da mesma, a CPCI está, hoje como no dia em que se deu a conhecer, apostada em fazer valer, de forma coerente e organizada, o peso da construção e do imobiliário nos planos económico e social.

A representatividade conseguida desde a primeira hora explica o reconhecimento público que a CPCI logo obteve, designadamente por parte do Ministério das Obras Públicas e, em particular, como parceiro social estratégico, uma vez que, com escassos meses de existência, a CPCI foi escolhida para integrar o CES - Conselho Económico e Social, órgão que tem por objectivo promover a participação dos agentes económicos e sociais nos processos de tomada de decisão dos órgãos de soberania no âmbito das questões de natureza sócio-económica.

Durante o seu primeiro ano de vida a Confederação mostrou ter plena consciência das dificuldades que o país enfrenta. Mas isso não a impediu de vincar em diferentes momentos e oportunidades que não há economia que cresça sem que a construção e o imobiliário também cresçam, já que são os verdadeiros motores do desenvolvimento e instrumentos decisivos na criação de emprego. É, pois, fundamental que o país mude de rumo e volte a apostar nestas actividades, a exemplo do que têm vindo a fazer os restantes países europeus.

Só assim será possível evitar os custos acrescidos resultantes do pagamento de prestações sociais de desemprego e todas as demais consequências decorrentes do encerramento das empresas. O primeiro semestre de 2010 foi um dos períodos

mais difíceis de sempre para a fileira da Construção e do Imobiliário. Esteve longe de corresponder às expectativas e necessidades de todos quantos trabalham e investem nesta actividade e veio prolongar e agravar a crise que o Sector vivia há já oito anos.

Na verdade, aos problemas recorrentes, como a falta de obras, a prática reiterada de preços anormalmente baixos, as dificuldades de tesouraria, os constrangimentos no acesso ao crédito, os atrasos nos pagamentos do Estado, a ausência de estímulos para a reabilitação urbana e de uma política de habitação coerente, a uma lei das rendas profundamente desajustada, juntam-se agora as restrições impostas nos sucessivos PEC's do Governo, nomeadamente a redução do investimento público e o aumento da carga fiscal.

Este estado de coisas não pode continuar. É obrigatório agir de imediato e traçar uma estratégia para ultrapassar a crise. Uma estratégia capaz de criar um novo rumo para as actividades da construção e do imobiliário, estabelecendo prioridades e avançando rapidamente para a sua concretização.

É tempo de avançar com diferentes investimentos de proximidade, como é o caso da renovação das escolas, hospitais, edifícios ligados à justiça e à segurança, a água e ambiente, as energias renováveis, a conservação e modernização das redes rodoviária e ferroviária, os portos, a logística e a reabilitação urbana. Áreas que podem captar investimento privado e apoios comunitários, que são intensivas em mão-de-obra e capazes de mobilizar empresas nacionais de todas as dimensões.

É neste sentido que a CPCI vai continuar a fazer ouvir a voz da Construção e do Imobiliário. Em defesa das suas empresas e dos postos de trabalho que as mesmas representam mas, também, de um País que necessita de voltar a crescer.

Presidente da Direcção da CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário